



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO CANTANHEDE MAGALHÃES

**ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM CONTABILIDADE GERAL 1:
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Todelo Camargo
Reitor de Universidade de Brasília

Professor Roberto de Goes Ellery Junior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador da Pós-Graduação do Curso de Ciências Contábeis

Professor Mestre Wagner Rodrigues de Sousa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO CANTANHEDE MAGALHÃES

Altos índices de reprovação em Contabilidade Geral 1: um estudo na Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^a. Mestre Rosane Maria Pio da Silva

BRASÍLIA
2013

MAGALHÃES, Diego Cantanhede.

Altos índices de reprovação em Contabilidade Geral 1: um estudo na Universidade de Brasília / Diego Magalhães – Brasília, 2013.

Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013/1

Orientadora: Prof^a. Mestre Rosane Maria Pio da Silva

1. Ciências Contábeis 2. Disciplina Curricular 3. Reprovação I. Silva, Rosane Maria Pio da II. Universidade de Brasília. Curso de Ciências Contábeis. III. Título



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO CANTANHEDE MAGALHÃES

**ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO EM CONTABILIDADE GERAL 1:
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^a. Mestre Rosane Maria Pio da Silva

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Orientadora – Universidade de Brasília

Examinador Universidade de Brasília

Brasília, _____ de julho de 2013.

RESUMO

Nos últimos anos, a Contabilidade tem passado por uma série de modernizações. Aspectos como o processo de convergência aos padrões internacionais e a implementação do exame de suficiência vem contribuindo para a valorização do profissional contábil. Dessa forma, espera-se que a qualidade do ensino superior acompanhe essa evolução. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivos apresentar uma avaliação geral da disciplina de Contabilidade Geral 1, a partir da percepção dos alunos matriculados no 1º semestre de 2013, e analisar os índices de reprovação em semestres anteriores e seus possíveis fatores. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário em um grupo de 134 alunos, do universo de 210 estudantes matriculados na disciplina no referido semestre. O instrumento continha questões sobre dados pessoais do respondente, conhecimento quanto à Ementa, avaliação da Monitoria e do professor, reprovação em semestres anteriores e aspectos possivelmente determinantes. Os dados foram tabulados e analisados estatisticamente pelo programa EpiData 3.1 e o EpiData Analysis V2.2, respectivamente. Os resultados principais se referem aos expressivos índices de reprovação dos alunos nessa disciplina em semestres anteriores. O elemento mais associado a não aprovação foi a falta de dedicação por parte dos estudantes, incluindo-se a baixa adesão à monitoria da disciplina e o tempo de estudo semanal insuficiente para aprofundamento e assimilação do conteúdo.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Disciplina curricular. Reprovação. Contabilidade Geral 1.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 A criação da profissão contábil.....	8
2.2 Educação Universitária no Brasil	9
2.3 O curso superior em Ciências Contábeis no Brasil	11
2.4 Exame de Suficiência em Contabilidade	12
3 PROCEDER METODOLÓGICO	13
3.1 Local e amostra do estudo.....	13
3.2 Tipologia da pesquisa	13
3.3 Procedimentos de análise dos dados.....	14
4 RESULTADOS E ANÁLISE	15
4.1 Evolução dos índices de reprovação em Contabilidade Geral 1	15
4.2 Perfil dos respondentes	16
4.3 Dados sobre a disciplina de Contabilidade Geral 1	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE 1	30
APÊNDICE 2.....	33

1 INTRODUÇÃO

A educação é de fundamental importância para o desenvolvimento humano e social do indivíduo. Por meio dela, o cidadão tem maior chance de conseguir trabalhos qualificados e participar mais ativamente na vida democrática, podendo, desta forma, ter pleno conhecimento dos seus direitos e deveres e usufruir dos mesmos. Uma nação que investe na educação contribui ativamente no crescimento econômico e no desenvolvimento social e cultural da sociedade e do país.

No Brasil, o responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior é a Secretaria de Educação Superior (Sesu), uma unidade do Ministério da Educação. Além disso, a manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas (de educação superior) também são de responsabilidade da Sese.

No contexto da educação superior, o curso de Ciências Contábeis oferece diversas perspectivas e oportunidades para os profissionais formados na área. Segundo a Resolução 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de Conselheiro de quaisquer entidades, entre outros.

Além disso, nos últimos anos, a Contabilidade tem passado por uma série de mudanças, principalmente em razão da convergência aos padrões contábeis internacionais e da implementação do Exame de Suficiência, fundamental para a valorização do profissional e melhoria da qualificação do curso, já que o registro comprova que o contador está realmente apto ao exercício da profissão.

Em decorrência de tantas oportunidades, o curso de Ciências Contábeis vem crescendo bastante nos últimos anos. Segundo dados do MEC (2010), em 1973, o Curso de Ciências Contábeis oferecia apenas 131 cursos em todo o Brasil. Treze anos depois, em 1986, o número de cursos oferecidos passou a 194, um crescimento de 48%. A partir daí o crescimento foi ainda

mais acentuado, passando a existir 384 cursos em 1996, 641 cursos em 2002 e, em 2010, atingindo a marca de 1080 cursos oferecidos em todo o país.

Na Universidade de Brasília, instituição foco de nosso estudo, até o ano de 2008 eram ofertadas 92 vagas semestrais, passando a 138 a partir de 2009, representando um crescimento de 50%.

Contudo, junto com o crescimento das vagas, foi percebido pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília um possível número acentuado de reprovações nas disciplinas iniciais específicas do curso, em especial Contabilidade Geral 1 (CG1). Esta disciplina objetiva, principalmente, dar noção aos alunos quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio das entidades, principal foco do estudo.

Desta forma, este trabalho tem por objetivos apresentar uma avaliação geral da disciplina de CG1, a partir da percepção dos alunos matriculados na disciplina 1º semestre de 2013, e analisar os índices de reprovação em semestres anteriores e seus possíveis fatores

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A criação da profissão contábil

Os primeiros registros de regulamentação do profissional contábil no Brasil datam de 1770, com a matrícula dos Guarda-Livros na junta de Comércio de Lisboa. Muitos outros marcos aconteceram desde então. Em 1915, a fundação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, um ano depois, a constituição da Associação dos Contadores de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Contabilidade. Em 1924, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade no qual foi desenvolvida uma campanha para a regulamentação da profissão do contador. Em 1930, foi regulamentada a ordem dos Contadores do Brasil, e em 1931, o Governo Provisório estabeleceu o registro obrigatório dos guarda-livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial

No entanto, apenas em 27 de maio de 1946, quando foi assinado o Decreto-Lei nº 9.295 que criou o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, a

profissão contábil foi realmente regulamentada, com a definição das reais atribuições do profissional contador. E em 11 de junho de 2010 foi assinada a Lei nº 12.249, que altera a lei anterior. As atribuições profissionais do contador trazidas pelo Decreto-Lei foram:

- organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Em decorrência de tal regulamentação, verificou-se um aumento também da oferta pelo ensino superior e, conseqüentemente, uma maior adequação do ensino às tendências da profissão.

2.2 Educação Universitária no Brasil

Segundo dados do MEC (2010), o número de matrículas, nos cursos de graduação, cresceu de 3.036.315, em 2001, para 6.379.299, em 2010, um crescimento de 110,1%.

Vários fatores podem ser atribuídos a essa expansão. Do lado da demanda: o crescimento econômico alcançado pelo Brasil nos últimos anos vem desenvolvendo uma busca por mão de obra mais especializada; já do lado da oferta: o somatório das políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior, dentre elas: o aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, como os programas Fies e ProUni e o aumento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos campi e novas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a interiorização de universidades já existentes.

De acordo com Franco (2008), este fenômeno de crescimento do ensino superior a partir de 1997, se deu em muito pela ampliação dos concluintes do ensino médio em todo Brasil. Assim, o processo de democratização e aumento das taxas líquidas das escolas médias impactou fortemente o número de ingressantes na educação superior

No entanto, Franco (2008) ressalta que não apenas os egressos do ensino médio têm incrementado os números de ingressantes na educação superior. No caso do Brasil, são cerca de 25 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, ou seja, em idade de educação superior que ainda não tiveram a oportunidade de realizá-la, mesmo já tendo concluído há anos ou sem mesmo ter alcançado a escolarização média. Este cenário aponta para uma provável permanência da expansão quantitativa da educação superior e, simultaneamente, para a relevância de investimentos maciços na escola básica de modo que os egressos possam ao concluir, continuar seu percurso.

Ainda segundo informações do MEC, nos últimos anos, diversas iniciativas estão sendo adotadas em relação ao Ensino Superior, dentre elas: mudanças na Educação Superior com vistas a fortalecer e expandir o ensino público gratuito; política de estabelecimento de quotas para estudantes carentes, negros e indígenas; o ProUni - Programa Universidade para Todos, que seleciona alunos que cursaram o 2º grau em escolas públicas ou com bolsas integrais em escolas particulares, para receberem bolsas de até 100% em Faculdades Particulares.

Para atestar estes esforços, o governo federal criou por meio da Lei n. 10.172 de 9/1/2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2009, resultado das ações da sociedade brasileira para garantir as disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal, de 1988, que versa que:

“A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; v – promoção humanística”. (BRASIL, 1988)

Apesar de apresentar metas de amplo alcance, o PNE configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento. Além disso, em relação à dinâmica global de planejamento adotada, não se efetivou a organicidade orçamentária para dar concretude às metas do PNE, tendo em vista que o Plano não foi levado em conta no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) e de suas revisões. Tal cenário é revelador de um dos seus grandes limites estruturais.

Assim, em que pesem os limites referentes ao PNE como efetiva política de Estado, é fundamental ressaltar que a aprovação do PNE suscitou, paradoxalmente, novos marcos para os processos de organização e gestão da educação nacional. A este respeito, a Conferência Nacional

de Educação (CONAE), ao dar centralidade à construção do novo PNE (PNE 2011-2020) como política de Estado, sinaliza a importância e, ao mesmo tempo, revela a necessidade histórica de superação dos limites do plano anterior, no que concerne à sua proposição e materialização.

2.3 O curso superior em Ciências Contábeis no Brasil

A criação do curso de Ciências Contábeis no Brasil se deu através do Decreto-Lei nº 7.988/1945, que dispunha, entre outras coisas, sobre o prazo de duração, a grade curricular e os requisitos para matrícula no curso. O Decreto-Lei conferiu o grau de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais para os concluintes do curso.

Em 1951, a Lei nº. 1.401 desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais nos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais e instituiu diplomas distintos para os Bacharéis de ambos os cursos.

Posteriormente, por meio do Parecer nº. 397/1962, o Conselho Federal de Educação (CFE) promoveu mudanças no curso de Ciências Contábeis, dividindo-o em ciclos de formação básica e formação profissional.

Já em 1992, após proposta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho Federal de Educação (CFE), por meio da Resolução nº 03/1992, fixou os conteúdos mínimos, a duração dos cursos de graduação e as normas para que as instituições de ensino superior elaborassem os currículos, definindo o perfil do profissional a ser formado. Para o curso de Ciências Contábeis, foi definido que a duração do curso passaria a ser de 2700 horas/aula, integralizadas em no máximo sete anos e no mínimo quatro anos para o período diurno e cinco anos para o período noturno.

Nesse sentido, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES, órgão do Ministério da Educação e Cultura – MEC, aprovou em 16 de dezembro de 2004, a Resolução nº. 10/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Segundo o art. 3º da Resolução, o curso de graduação de Ciências Contábeis deve:

[...] ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens,

noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e a revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

De acordo com a Resolução CNE/ CES, nº 2, de 18 de junho de 2007, a carga horária mínima do curso de Ciências Contábeis em vigor hoje é de 3000 horas/aula, integralizadas em no mínimo 8 semestres e no máximo 14 semestres, tanto para o curso diurno quanto para o noturno.

Atualmente, de acordo com o MEC (2010), o curso de Ciências Contábeis ocupa a quarta posição em número de ofertas de cursos de graduação no Brasil, com 1080 cursos oferecidos, o que representa um total de 3,7% do total oferecido em todo o país.

2.4 Exame de Suficiência em Contabilidade

O exame de suficiência no Curso de Ciências Contábeis foi criado em 1999, e foi aplicado entre os anos de 2000 e 2005, sendo suspenso após este período por ter sido criado a partir de Resolução do CFC e não por Lei. Porém, em 2010, foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União, a Lei 12.249, que altera as normas que regulamentam a profissão contábil no Brasil. De acordo com o artigo 12º desta Lei:

Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2010), o Exame de Suficiência não se trata, apenas, de uma prova para medir conhecimentos e legitimar um registro profissional.. Trata-se de um instrumento fundamental para estimular a modernização das instituições de ensino e dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e de Técnico em Contabilidade.

Segundo Koliver (1999), o Exame de Suficiência, em sua essência, é um exame de equalização, cujo objetivo é garantir a posse, de parte dos recém-formados em cursos de graduação em Contabilidade de conhecimentos gerais e técnicos e de algumas habilidades em nível mínimo, consoante a formação que deveriam possuir, segundo a natureza do curso e de acordo com a legislação do ensino vigente.

Para Coelho (1999), a implantação do exame é uma consequência da gradativa melhora no ensino da contabilidade, reconhecendo, inclusive, que o CFC e os CRCs deveriam alertar as

faculdades em relação à conscientização da exigência na melhora da qualidade dos cursos que são oferecidos.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 Local e amostra do estudo

O estudo foi realizado na Universidade de Brasília (UnB). O curso de graduação em Ciências Contábeis da UnB foi implantado no ano de 1977. Atualmente, o curso oferece semestralmente 138 vagas, das quais 46 no turno diurno e 92 no noturno.

A amostra foi composta por estudantes do curso de Ciências Contábeis do 1º semestre de 2013 matriculados na disciplina de Contabilidade Geral 1, divididos em 2 turmas no turno diurno e 3 no noturno. Foram obtidos 134 questionários respondidos em uma única visita em cada sala de aula, de um total de 210 alunos inscritos na disciplina.

Ressalta-se que 10 questionários foram invalidados quanto à pergunta dos fatores quanto à reprovação por conterem erros no preenchimento.

3.2 Tipologia da pesquisa

Esta pesquisa é definida, quanto aos seus objetivos, como exploratório-descritiva.

Gil (1999) define que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fato. Dessa forma, esse tipo de pesquisa é realizado principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Além disso, a caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Assim, busca-se conhecer o assunto com maior profundidade, a fim de torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2004).

Ainda segundo Gil (1999), a característica descritiva da pesquisa manifesta-se pela descrição de características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis, sendo sua característica mais marcante a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Segundo Vergara (2000), a investigação descritiva não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para algumas explicações.

Quanto aos procedimentos na coleta de dados, esta é uma pesquisa de levantamento, que segundo Gil (2009),

[...] se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A técnica de pesquisa utilizada foi um questionário estruturado (Apêndice 1) a fim de obter o perfil e uma avaliação geral dos alunos de Ciências Contábeis quanto à disciplina de Contabilidade Geral 1. O referido instrumento foi composto por 23 questões de múltipla escolha e abertas, incluindo dados pessoais do respondente, como sexo, idade, turno do curso, modalidade de ingresso na Universidade, dentre outros; conhecimento quanto à Ementa da disciplina e avaliação da monitoria e do professor; reprovação em semestres anteriores e aspectos possivelmente determinantes; e sugestões para a melhoria da disciplina.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, que, segundo Richardson (2007), caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta das informações, quanto no tratamento delas por meio de métodos estatísticos, desde os mais simples até os mais complexos.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Os programas utilizados para tabulação e análise dos dados foram o EpiData 3.1 e o EpiData Analysis V2.2, respectivamente.

As variáveis do estudo foram analisadas em porcentagem simples, segundo a frequência de opções escolhidas pelos alunos ao preencher o questionário. Os resultados quanto à atividade profissional dos discentes foram comparados com os do turno cursado por esses alunos, a fim de obter relação entre essas duas variáveis.

Os dados de reprovação dos alunos em CG1 existentes desde 2003 foram analisados semestralmente por dispersão. Além disso, o quantitativo de reprovação dos alunos nessa disciplina no 1º semestre de 2013, obtido por meio de suas respostas, foi comparado com os dados de reprovação do semestre anterior (2º/2012).

A avaliação dos professores de CG1 foi realizada utilizando a Escala Likert de 5 pontos. As proposições constantes no questionário, no qual o aluno deveria registrar, segundo sua percepção, o grau de concordância com a sentença, desde “discordo totalmente” até “concordo totalmente”, foram analisadas conjuntamente por meio de porcentagem simples. As sugestões colhidas de forma aberta no campo específico do questionário foram reunidas e analisadas de acordo com a frequência em que foram citadas.

Juntamente com o levantamento dos dados quantitativos da pesquisa, realizou-se análise crítica dos resultados e inferências acerca dos fatores de reprovação, além da proposição de sugestões de melhorias para a disciplina.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Evolução dos índices de reprovação em Contabilidade Geral 1

Com base na análise de dados percentuais de menções finais dos alunos na disciplina de Contabilidade Geral 1 desde o 1º semestre de 2003, verificou-se um número elevado de reprovações nessa disciplina (Figura 1). A partir do semestre em questão, notou-se um crescimento do percentual de reprovações a cada período, chegando em seu valor mais elevado no 1º semestre de 2005, quando registrou-se índice de reprovação de 45%. A partir desse semestre, os índices passaram por uma oscilação, mas voltaram a seguir um certo padrão de crescimento a partir do 2º semestre de 2007.

Observando-se apenas os últimos 10 semestres, (1º/2008 em diante), em nenhum deles registrou-se índice de reprovação abaixo de 30%. Esse dado é preocupante, considerando que

esses alunos voltam a cursar a disciplina no semestre subsequente e a universidade é obrigada a aumentar sua oferta para a disciplina, gerando uma série de custos que poderiam ser evitados.

Ainda nesse período, os dados recentes são ainda mais alarmantes. Nos últimos 4 semestres – 1º/2011, 2º/2011, 1º/2012 e 2º/2012 – os índices de reprovação obtidos foram todos acima de 40%, com exceção do 1º/2012, no qual o índice apurado de 34% de reprovação está provavelmente subestimado, considerando que nesse semestre a UnB passou por período de greve, o que causou um índice de 13,5% de trancamentos (Apêndice 2), valor bem acima do padrão.

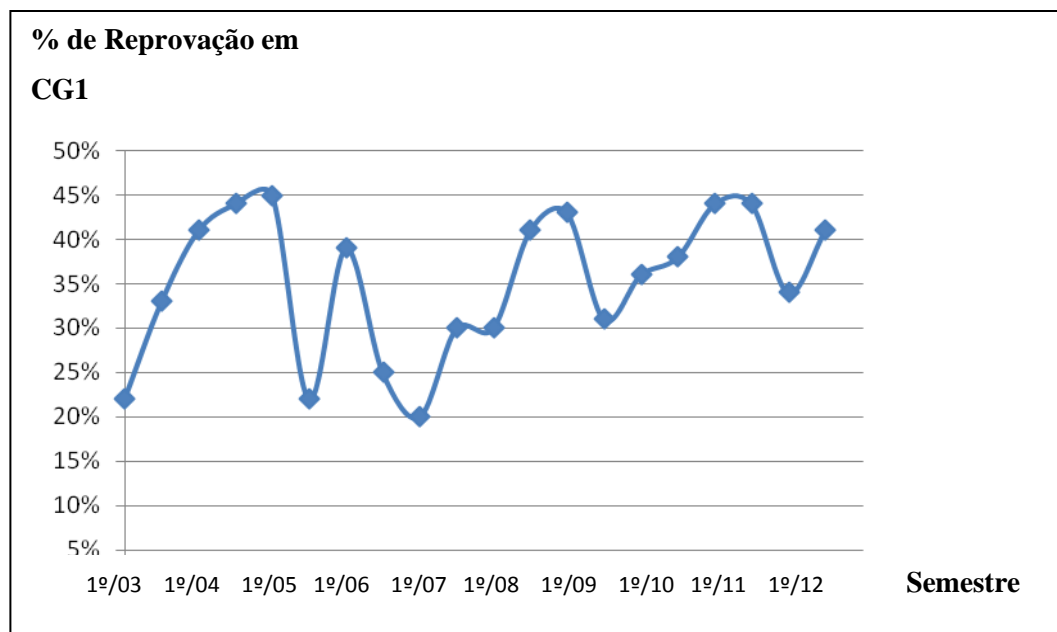


Figura 1 – Porcentagem de reprovação dos alunos na disciplina Contabilidade Geral 1 ao longo dos semestres de 1º/2003 a 1º/2012.

Fonte: Dados do Departamento de Ciências Contábeis da UnB.

4.2 Perfil dos respondentes

Do universo de 210 alunos matriculados na disciplina de Contabilidade Geral 1 no 1º semestre de 2013, 134 (63%) responderam o questionário. A amostra da pesquisa possui uma distribuição relativamente homogênea em relação ao sexo, sendo 47,8% do sexo masculino e 52,2% do sexo feminino. Caracteriza-se, ainda, em sua maioria, por estudantes com idade inferior a 20 anos (70,2%) e que cursam o turno noturno (61,9%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos alunos respondentes segundo sexo, idade e turno do curso de Ciências Contábeis.

Variável	n (134)	%
Sexo		
Masculino	64	47,8
Feminino	70	52,2
Idade		
Inferior a 20 anos	94	70,2
20 a 25 anos	31	23,1
26 a 30 anos	4	3
Superior a 30 anos	5	3,7
Curso		
Noturno	83	61,9
Diurno	51	38,1

Fonte: Dados da pesquisa.

O ensino médio da maioria da amostra da pesquisa foi cursado em escola particular (67,2%). Além disso, a forma mais frequente de modalidade de ingresso na UnB entre os respondentes é o vestibular (53,7%), seguido do Programa de Avaliação Seriada (PAS), com 43,3% (Tabela 2). Considerando que Contabilidade Geral 1 é disciplina obrigatória da grade curricular do 1º semestre do curso de Ciências Contábeis, infere-se que a maioria dos estudantes ingressou por essas duas modalidades na Universidade há pouco tempo, o que justifica o alto índice de estudantes com idade inferior a 20 anos (Tabela 1).

Tabela 2 – Distribuição dos alunos respondentes segundo ensino médio e modalidade de ingresso na Universidade.

Variável	n (134)	%
Ensino Médio		
Escola Pública	42	31,3
Escola Particular	90	67,2
Modalidade de Ingresso		
Vestibular	72	53,7
PAS	58	43,3
Aluno Estrangeiro	1	0,7
Portador de Diploma Superior	3	2,2
Não responderam	2	1,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao exercício de atividade profissional, observa-se que a maioria (72,4%) dedica-se exclusivamente às atividades acadêmicas. Dentre os 27,6% dos discentes que exercem algum tipo de atividade profissional, a carga horária de trabalho mais registrada foi de 30 horas semanais (43,2%) e 40 horas semanais (35,1%), o que significa que esses alunos precisam conciliar uma jornada de trabalho considerável com os estudos (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição dos alunos respondentes segundo exercício de atividade profissional e sua carga horária.

Variável	n(134)	%
Possui Atividade Profissional?		
Sim	37	27,6
Não	97	72,4
Carga Horária Atividade Profissional		
Até 20 horas semanais	8	6
30 horas semanais	16	11,9
40 horas semanais	13	9,7
Não possui	97	72,4

Fonte: Dados da pesquisa

Uma análise mais profunda quanto ao turno cursado pelo aluno e o exercício de atividade profissional permite constatar que ocorre maior prevalência de alunos que possuem vínculo profissional no turno noturno quando comparado ao diurno (Figura 2), o que pode ser explicado pela dificuldade dos alunos diurnos de compatibilizar o horário do curso com a jornada de trabalho.

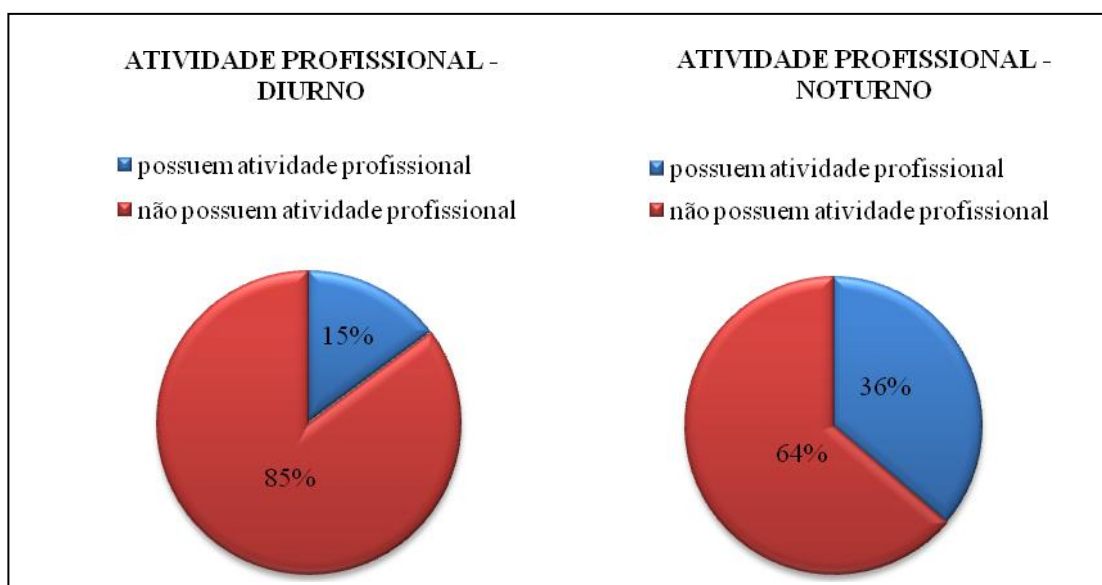


Figura 2 – Distribuição de alunos dos cursos diurno e noturno de Ciências Contábeis quanto ao exercício de atividade profissional.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os motivos de escolha do curso, a opção mais selecionada pelos alunos foi a existência de amplas oportunidades profissionais (56,7%), seguida de profissão desejada (18,7%) e boas oportunidades salariais (11,2%) (Tabela 4). Assim, nota-se a preocupação da maioria dos estudantes na escolha da profissão por meio de pesquisa de oportunidades oferecidas no mercado de trabalho.

Tabela 4 – Distribuição dos alunos respondentes segundo motivo de escolha do curso.

Variável	n(134)	%
Motivo de Escolha do Curso		
Amplas oportunidades profissionais	76	56,7
Profissão desejada	25	18,7
Boas oportunidades salariais	15	11,2
Influência de familiares/amigos	4	3
Reconhecimento Social	1	0,7
Complemento de formação	5	3,7
Outros	4	3
Não responderam	4	3

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Dados sobre a disciplina de Contabilidade Geral 1

A pesquisa quanto à reprovação anterior na disciplina de Contabilidade Geral 1 revelou que 26% da amostra de alunos declararam que já cursaram a disciplina anteriormente (Figura 3).

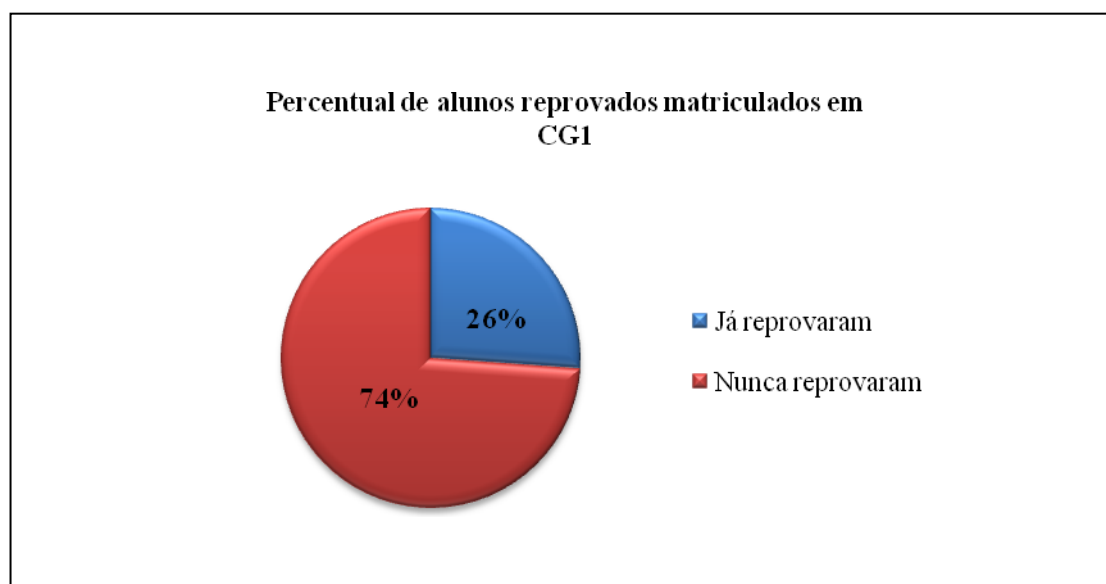


Figura 3 – Índice de alunos matriculados em CG1 no 1º semestre de 2013 que já reprovaram na disciplina em semestres anteriores.

Fonte: Dados da pesquisa

Esse dado obtido está abaixo do esperado, tendo em vista que, segundo os dados colhidos, houve 41% de reprovações no 2º semestre de 2012 (Tabela 5). As hipóteses para o resultado encontrado são o não preenchimento do questionário, ausência no momento da aplicação, omissão da reprovação pelos alunos repetentes, ou que houve desistência ou desligamento por parte desses alunos.

Tabela 5 – Menções finais dos alunos da disciplina Contabilidade Geral 1 no 2º semestre de 2012.

Menções finais de Contabilidade Geral 1 - 2012/2		
Menção	N	%
SR	33	14
II	30	13
MI	32	14
MM	93	40
MS	34	15
SS	0	0
Total de aprovações	127	55
Total de reprovações	95	41
Total de trancamentos	9	4
TOTAL	232	100

Legenda: TR – trancamento

SR – sem rendimento

II – inferior

MI – médio inferior

MM – médio

MS – médio superior

SS - superior

Fonte: Dados do Departamento de Ciências Contábeis da UnB.

Corroborando a importância do estudo quanto ao número elevado de reprovações dos alunos, observa-se ainda que aproximadamente 25% dos alunos que já reprovaram a disciplina estão cursando Contabilidade Geral 1 pela terceira vez, e, portanto, segundo Instrução Normativa da Universidade de Brasília, correm o risco de serem desligados da Universidade, o que ocorre quando o discente reprova uma disciplina obrigatória de seu curso pela terceira vez (Figura 4).

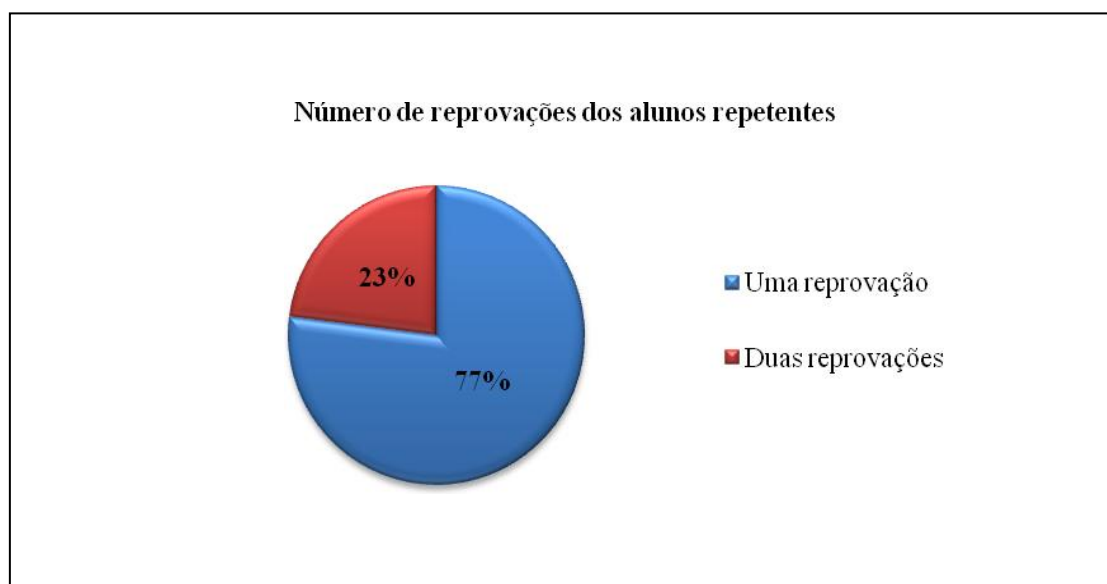


Figura 4 – Número de reprovações dos alunos que já cursaram a disciplina de CG1 anteriormente na UnB.

Fonte: Dados da pesquisa

Para aprofundar o estudo dos fatores determinantes para a reprovação dos alunos nesta disciplina, é necessário primeiramente conhecer sua opinião a respeito dos aspectos que possam ter contribuído para sua não aprovação. Os resultados revelam que a maioria (60%) dos alunos que já haviam cursado a matéria anteriormente escolheram como motivo mais determinante de sua reprovação a falta de dedicação da própria parte (Figura 5). Assim, a maioria dos alunos responsabilizam a si mesmos pelo insucesso na matéria nos semestres anterior. O aspecto mais citado em seguida foi a falta de coerência entre o grau de dificuldade da avaliação e os conteúdos ministrados em sala de aula (16%), o que denota a necessidade de avaliação dos professores e do procedimento de confecção da avaliação da disciplina.

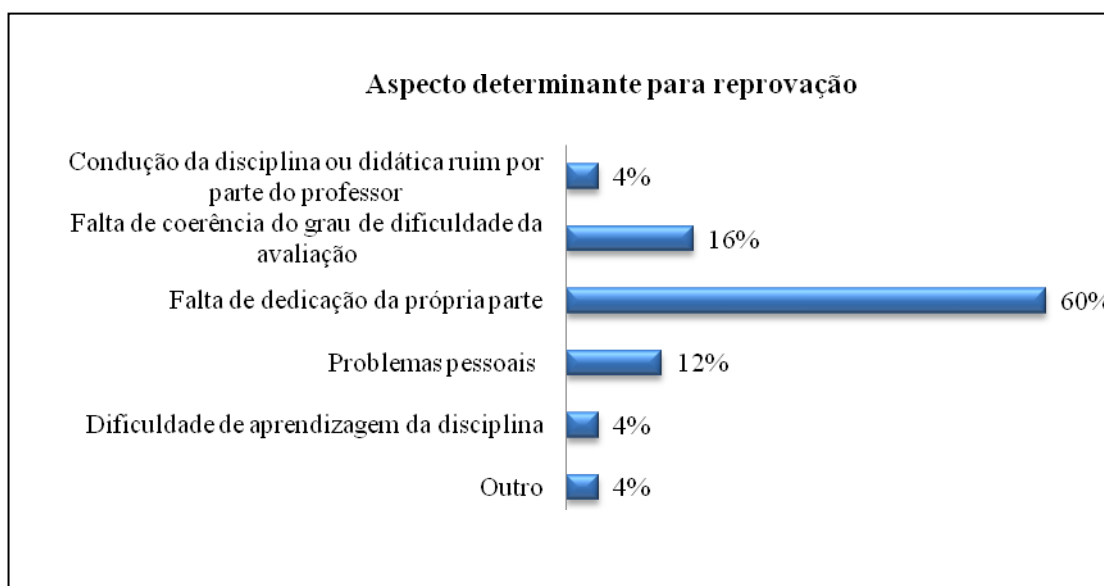


Figura 5 – Aspectos determinantes para a reprovação segundo os alunos que já haviam cursado a disciplina de Contabilidade Geral 1 anteriormente na UnB.

Fonte: Dados da pesquisa.

Aliada ao fator de falta de dedicação por parte do aluno, a análise de frequência de comparecimento à monitoria da disciplina Contabilidade Geral 1 auxilia no entendimento do índice de reprovação na matéria em questão. Observa-se na Figura 6 que 64,9% dos alunos nunca comparecem à monitoria e 20,9% comparecem somente na semana que precede a prova. Esses dados obtidos são preocupantes, pois revelam que a maioria dos alunos não se utiliza de uma importante ferramenta de estudo que deveria recebê-los com frequência durante todo o semestre, a fim de dirimir dúvidas e aprofundar os conhecimentos na matéria.

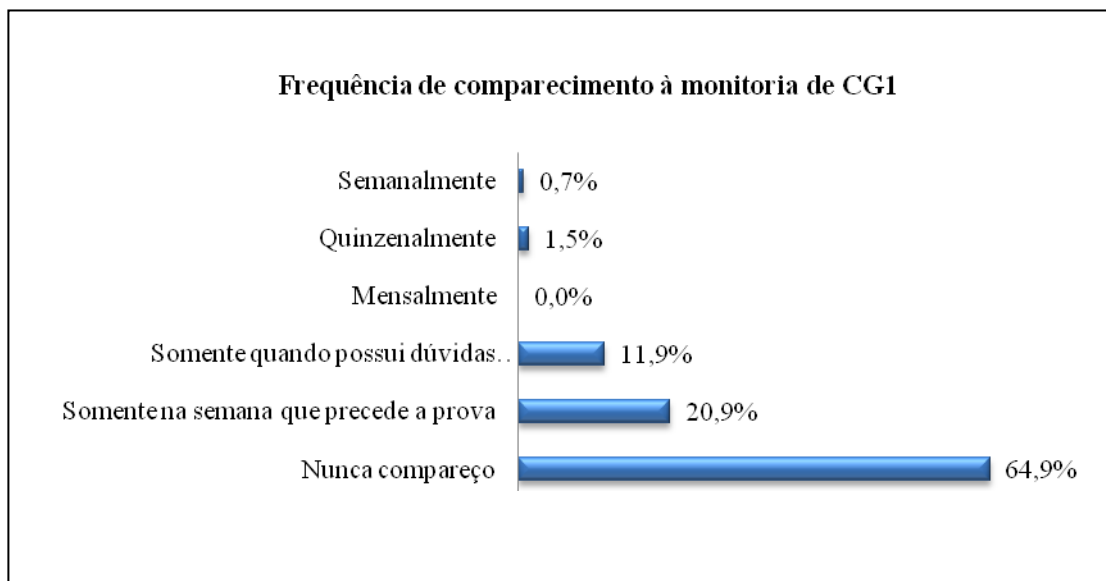


Figura 6 – Frequência de comparecimento à monitoria dos alunos da disciplina de Contabilidade Geral.
Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de a maioria dos estudantes afirmar que nunca comparece à monitoria ou que comparece apenas na semana que precede a prova, apenas 11,2% alegaram estudar apenas nos dias anteriores à avaliação. Em relação a essa questão, as duas faixas de respostas mais escolhidas pelos alunos quanto ao tempo de estudo semanal da disciplina foram de 2 a 4 horas (32,8%) e até 2 horas (31,4%), o que demonstra que a maior parte dos alunos não estuda o tempo de 4 horas semanais recomendado pela Ementa da disciplina (Figura 7).

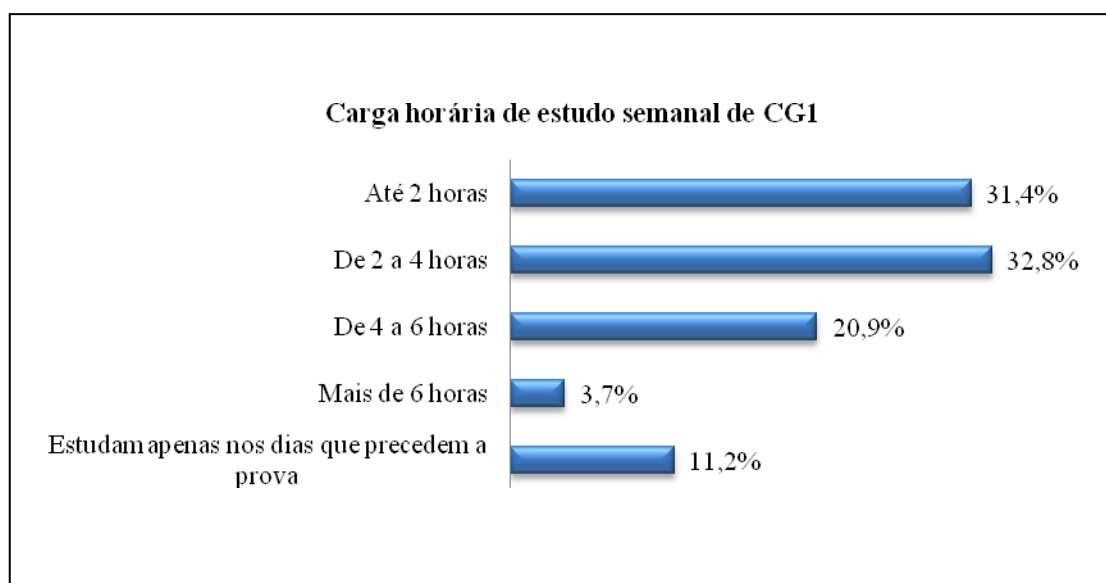


Figura 7 – Carga horária de estudo semanal dos alunos da disciplina Contabilidade Geral.
Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que a recomendação de horas de estudo para a disciplina, segundo a Ementa do curso, é desconhecida pela maioria dos estudantes (71%) (Figura 8). Os dados sugerem que é necessário haver maior divulgação da importância quanto ao conhecimento da Ementa da disciplina e maior abordagem do conteúdo dessa em sala de aula.

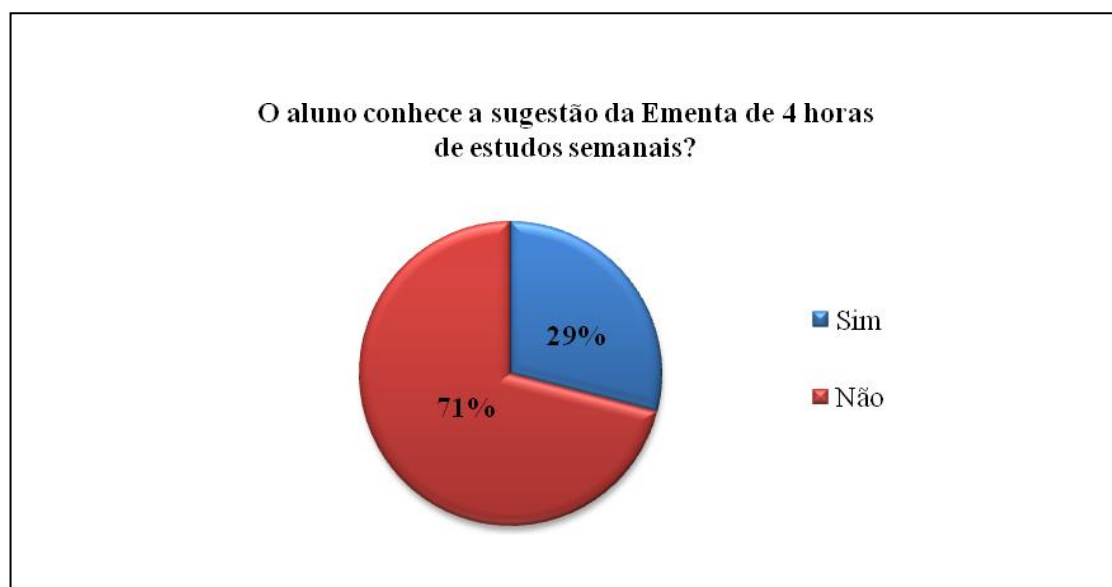


Figura 8 – Resposta dos alunos da disciplina de Contabilidade Geral 1 sobre o conhecimento da sugestão da ementa de estudo semanal de 4 horas.

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo a avaliação dos professores feita pelos alunos da disciplina (Quadro 1), levando-se em conta vários quesitos específicos, percebe-se um grau satisfatório de aceitação dos docentes na maioria dos pontos avaliados. Em seis dos oito quesitos estudados, a maioria dos alunos respondeu que “concorda totalmente” com a sentença analisada, que é a opção ideal.

No quesito III, menos da metade dos alunos (44,8%) concorda, total ou parcialmente, que seu professor propõe tarefas interessantes para favorecer o aprendizado em sala de aula. Esse aspecto geralmente está associado à aplicação de exercícios ou à utilização de diferentes ferramentas em sala de aula que facilitem o entendimento do conteúdo. Desta forma, infere-se que boa parte dos alunos acredita que podem ser melhor estimulados por seus professores, que devem passar a desenvolver algumas atividades que favoreçam o aprendizado e a assimilação da disciplina.

Analisando o quesito VIII, “O nível de complexidade das avaliações apresenta coerência com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula”, registrou-se em sua maior parte (28,4%) a

resposta “concordo parcialmente”, seguido por “discordo parcialmente” com 23,1%. Portanto, depreende-se dos resultados que o grau de coerência entre o conteúdo ministrado em sala de aula e o nível de dificuldade das avaliações é um fator que os alunos acreditam que pode ser melhorado.

Ressalta-se que esse quesito nem sempre registrará uma avaliação justa para com o professor, tendo em vista que a análise do grau de complexidade da avaliação está diretamente ligada ao conhecimento que o aluno tem do conteúdo. Portanto, se não há estudo suficiente por parte do discente, ele poderá julgar a avaliação como muito complexa e, conseqüentemente, vir a analisar como abaixo do ideal o grau de coerência entre o conteúdo abordado e o nível de complexidade da avaliação.

Apesar das queixas com relação a esses itens específicos, a avaliação dos professores ainda pode ser considerada, no geral, satisfatória. Levando-se em conta os itens IV, V e VI, nos quais mais de 75% dos alunos concordam, em algum grau, com cada uma das sentenças apresentadas, pode-se inferir que os docentes possuem boa capacidade de ensino, orientando e respondendo aos questionamentos dos alunos de forma clara e utilizando o tempo de aula de forma produtiva.

		1	2	3	4	5
I	O seu professor possui uma boa didática de ensino	9,7%	11,2%	10,4%	28,4%	40,3%
II	O seu professor mantém relacionamento cordial com os alunos	6,7%	6,7%	13,4%	23,9%	49,3%
III	O seu professor propõe tarefas interessantes para favorecer o aprendizado	16,4%	14,2%	23,9%	26,9%	17,9%
IV	O seu professor responde aos questionamentos dos alunos de forma clara	3,7%	12,7%	6,7%	26,1%	49,3%
V	O seu professor orienta, com clareza, os trabalhos propostos	3,7%	3,7%	16,4%	28,4%	47,8%
VI	O seu professor desenvolve a matéria num ritmo satisfatório e utiliza o tempo de aula de forma produtiva	7,5%	6%	7,5%	28,4%	50,7%
VII	O seu professor encoraja os alunos a fazerem questionamentos em sala de aula	9,7%	10,4%	22,4%	26,1%	31,3%
VIII	O nível de complexidade das avaliações apresenta coerência com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula	12,7%	23,1%	14,2%	28,4%	21,6%

Legenda: 1 – Discordo totalmente
 2 – Discordo parcialmente
 3 – Nem concordo, nem discordo
 4 – Concordo parcialmente
 5 – Concordo totalmente

Quadro 1 – Avaliação dos professores pelos alunos segundo quesitos pré-determinados.

Fonte: Dados da pesquisa.

As sugestões relatadas de forma aberta no campo específico do questionário foram reunidas de acordo com sua frequência e registradas na Figura 9. A sugestão mais recorrente foi a de inclusão de mais horários de monitoria, o que pode ser um indicativo do motivo de sua baixa utilização pelos alunos. Assim, infere-se que alguns alunos gostariam de frequentar a monitoria, mas não o fazem pela incompatibilidade com o horário oferecido. Além disso, ressalta-se que entre os frequentadores, alguns sugerem a melhoria da qualidade da monitoria.

Alguns estudantes reivindicam maior coerência da prova com o conteúdo ministrado em sala de aula, relatando “diferença entre os conteúdos ministrados, pelo teor da prova” e que a “prova apresenta questões com conteúdo não apresentado em sala de aula”. Esses relatos corroboram a avaliação dos professores quanto ao quesito VIII (Quadro I), no qual concluiu-se que os alunos entendem que pode haver melhora desse aspecto.

Ainda em relação à realização das provas da disciplina, também foi sugerido melhora de aspectos de sua aplicação, tais como “melhor elaboração do layout das provas”, “melhor localização do local de prova” e “prova com mais tempo de duração”.

Por fim, outros tópicos abordados nesta questão foram: melhora da estrutura do conteúdo da disciplina, como, por exemplo, “separação do conteúdo (muito extenso)” e “abordagem de assuntos mais relacionados ao objetivo da profissão”; aplicação de mais exercícios e atividades práticas, relatado como “atividades extraclasse voltadas ao aprendizado prático da disciplina”; e melhora da qualidade da aula e dos professores.

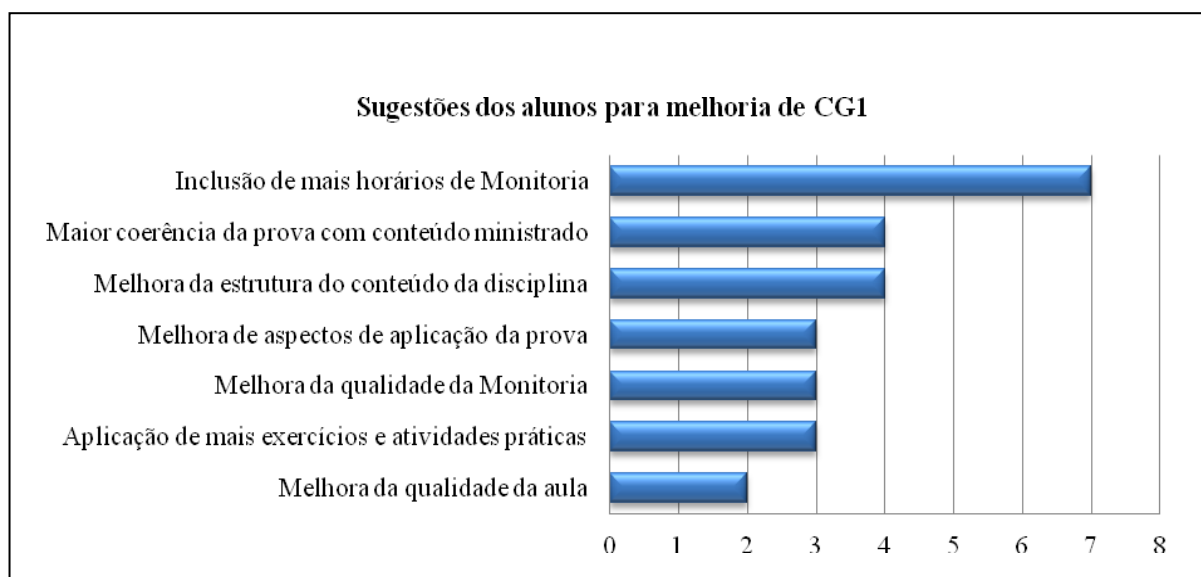


Figura 9 – Sugestões dos alunos de Contabilidade Geral 1 para melhoria da disciplina.

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa quanto à avaliação da disciplina de Contabilidade Geral 1 constatou expressivos índices de reprovação dos alunos, fato preocupante que tem gerado a necessidade de aumento do número de turmas, além de gastos da Universidade com recursos humanos e materiais. O discente também é prejudicado, pois tem sua formação atrasada, e, em casos mais graves, corre o risco de desligamento da Instituição.

Pode-se concluir que o elemento mais associado a não aprovação dos alunos nessa disciplina é a falta de dedicação por parte dos mesmos, incluindo o tempo de estudo semanal insuficiente para aprofundamento e assimilação da matéria e a baixa adesão à monitoria de estudos da disciplina. Assim, sugere-se que o Departamento de Ciências Contábeis verifique a possibilidade de inclusão de horários para a Monitoria da disciplina e faça um controle da qualidade desse serviço em conjunto com os alunos, que poderiam, por exemplo, fazer uma avaliação dos monitores ao final do semestre.

Apesar da avaliação dos professores ter sido, no geral, satisfatória, recomenda-se que os docentes se atentem à coerência dos conteúdos ministrados com os cobrados em provas e que se empenhem na realização de atividades que desafiem a capacidade do aluno, despertem seu interesse e facilitem sua assimilação do conteúdo da disciplina. O empenho dos educadores, aliado à maior dedicação por parte dos alunos, pode levar ao sucesso nas avaliações realizadas e conseqüente aprovação final na disciplina.

Por fim, sugere-se a realização de mais pesquisas em relação aos índices de reprovação em Contabilidade Geral 1 e outras disciplinas curriculares do curso de Ciências Contábeis, a fim de contribuir para melhorar o desempenho acadêmico e reverter possíveis índices elevados de reprovação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jun. 2007.

BRASIL. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação de Ciências Contábeis, bacharelado, e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 560/83 de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dezembro 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295. de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 maio 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988/45, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 15297, 26 set. 1945. Seção 1. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº . 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, p.1, 10 jan. 2001. Seção 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 21 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 1.401/51, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 11561, 04 ago. 1951. Seção 1. Disponível em:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1401&tipo_norma=LEI&data=19510731&link=s>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010. Altera os Decretos-Leis nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e nº 1.040, de 21 de outubro de 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/uparq/lei12249.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais. INEP. **Censo de Educação Superior. 2010.** Disponível em:
<<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CFE nº 397/62. Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional. **Documenta**, Rio de Janeiro: Guanabara, nº. 11, janeiro-fevereiro de 1963.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução nº 03/92, de 05 de outubro de 1992. Fixa os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

COELHO, J. M. A. **Exame de Suficiência: um passo adiante**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 28(117), p. 17-19, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Exame de suficiência**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=45>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, Valinhos, SG, v.10, n.12, p. 25-33, 2006.

FRANCO, Alexandre. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições**. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, PR, n.4, p. 53-63, jul. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOLIVER, Olivio. **O Exame de Suficiência e as prerrogativas profissionais**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n.98, p. 6-13, 1999.

KOUNROUZAN, Márcia. **A qualidade do Ensino nos cursos de Ciências Contábeis e a formação do Contador para entender o mercado de trabalho**. Cascavel, PR, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury.; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Cap. 3. BEUREN, Ilse Maria. (org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

APÊNDICE 1 - Questionário de Estudo de Contabilidade Geral 1

Olá! Meu nome é Diego Cantanhede Magalhães, sou aluno formando da graduação de Ciências Contábeis e, juntamente com a professora Rosane Maria Pio, estou fazendo uma pesquisa sobre a disciplina de Contabilidade Geral 1. O preenchimento deste questionário, além de ser de enorme ajuda para elaboração do meu trabalho, tem por objetivo conhecer a percepção do aluno sobre a referida disciplina. Lembramos que não é necessária a sua identificação, mas caso queira receber o resultado geral desta pesquisa, registre seu e-mail aqui:

1 - PERFIL DO RESPONDENTE

1.1 - Sexo: ☐ M ☐ F

1.2 - Idade: ____

1.3 - Curso: ☐ Noturno ☐ Diurno

1.4 - Modalidade de ingresso na UnB :

☐ Vestibular

☐ Aluno Especial

☐ PAS

☐ Aluno Estrangeiro

☐ Transf. Facultativa

☐ Portador de Diploma Superior

☐ Transf. Obrigatória

1.5 - Cursou o ensino médio predominantemente em:

☐ Escola pública

☐ Escola particular

1.6 - Você divide sua atividade acadêmica com alguma atividade profissional (inclusive estágio)?

☐ Sim ☐ Não

- Em caso positivo, qual a carga horária semanal em sua atividade profissional?

☐ 20 horas semanais ou menos

☐ 30 horas semanais

☐ 40 ou mais horas semanais

1.7 - Qual o motivo que mais se adequa à sua escolha pelo curso de Ciências Contábeis? (escolha apenas uma opção)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Amplas oportunidades profissionais | <input type="checkbox"/> Influência de familiares e/ou amigos |
| <input type="checkbox"/> Profissão desejada | <input type="checkbox"/> Reconhecimento social |
| <input type="checkbox"/> Boas oportunidades salariais | <input type="checkbox"/> Complemento da formação |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |

1.8 - Você já cursou a disciplina de Contabilidade Geral 1 anteriormente, aqui na Unb?

- ☐ Sim ☐ Não

- Em caso positivo, esta é a 2ª ou 3ª vez que está cursando? ☐ 2ª vez ☐ 3ª vez

2 - SOBRE A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GERAL 1

2.1 - Quantas horas de estudos semanais você dedica semanalmente à disciplina de Contabilidade Geral 1? (desconsiderar tempo dedicado às atividades obrigatórias da disciplina, ex: moodle e controle de leitura):

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Até 2 horas | <input type="checkbox"/> Mais de 6 horas |
| <input type="checkbox"/> De 2 a 4 horas | <input type="checkbox"/> Estudo apenas nos dias que precedem a prova |
| <input type="checkbox"/> De 4 a 6 horas | |

2.2 - Você tem conhecimento que a Ementa da disciplina de Contabilidade Geral 1 sugere aos alunos 4 horas de estudos semanais além das aulas presenciais?

- ☐ Sim ☐ Não

2.3 - Com que frequência média você comparece à Monitoria da disciplina?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Toda semana | <input type="checkbox"/> Somente quando tenho dúvidas específicas |
| <input type="checkbox"/> Quinzenalmente | <input type="checkbox"/> Somente na semana que precede a prova |
| <input type="checkbox"/> Mensalmente | <input type="checkbox"/> Nunca compareço |

-Caso seja frequentador da Monitoria, você acha que o tempo oferecido pela disciplina em atividades de Monitoria é suficiente?

- ☐ Sim ☐ Não

2.4 - Com relação ao seu professor de Contabilidade Geral 1, nos próximos itens responda de 1 a 5, de acordo com a seguinte tabela de valores:

1- para "Discordo totalmente"

4 - para "concordo parcialmente"

2 - para "discordo parcialmente"

5 - para "Concordo totalmente".

3 - para "nem concordo, nem discordo"

- a. O seu professor possui uma boa didática de ensino: ____
- b. O seu professor mantém relacionamento cordial com os alunos: ____
- c. O seu professor propõe tarefas interessantes para favorecer o aprendizado: ____
- d. O seu professor responde aos questionamentos dos alunos de forma clara: ____
- e. O seu professor orienta, com clareza, os trabalhos propostos: ____
- f. O seu professor desenvolve a matéria num ritmo satisfatório e utiliza o tempo de aula de forma produtiva: ____
- g. O seu professor encoraja os alunos a fazerem questionamentos em sala de aula: ____
- h. O nível de complexidade das avaliações apresenta coerência com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula: ____

➔ Responda à pergunta abaixo apenas se for aluno (a) que já tenha cursado a disciplina de Contabilidade Geral 1 anteriormente:

2.5 - Qual aspecto abaixo você acha que foi determinante para a sua não aprovação na disciplina? (marque o mais importante)

- ☐ Forma de condução da disciplina insuficiente/inadequada e/ou falta de didática por parte do professor.
- ☐ Falta de coerência do grau de dificuldade das avaliações com os conteúdos ministrados em sala de aula.
- ☐ Falta de maior dedicação de minha parte em relação aos estudos de CG1.
- ☐ Problemas pessoais (emocionais, financeiros, etc.).
- ☐ Dificuldade de aprendizagem da disciplina de CG1.

Outro: _____

➔ Outras sugestões:

Caso tenha alguma outra sugestão para a melhoria da disciplina de Contabilidade Geral 1, cite abaixo:

Obrigado pela colaboração!!!

APÊNDICE 2: Menções de Contabilidade Geral 1 entre 2003/1 e 2012/2

2003/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
161	3	4	23	8	57	53	13
100.00%	1,86%	2,48%	14,29%	4,97%	35,40%	32,92%	8,07%

2004/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
174	9	28	23	20	84	10	0
100.00%	5,17%	16,09%	13,22%	11,49%	48,28%	5,75%	0,00%

2005/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
173	15	26	16	35	63	18	0
100.00%	8,67%	15,03%	9,25%	20,23%	36,42%	10,40%	0,00%

2006/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
173	6	37	13	18	64	31	4
100.00%	3,47%	21,39%	7,51%	10,40%	36,99%	17,92%	2,31%

2007/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
118	2	20	3	1	51	37	4
100.00%	1,69%	16,95%	2,54%	0,85%	43,22%	31,36%	3,39%

2008/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
114	1	14	4	16	58	18	3
100.00%	0,88%	12,28%	3,51%	14,04%	50,88%	15,79%	2,63%

2009/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
141	2	6	27	40	73	22	1
100.00%	1,17%	3,51%	15,79%	23,39%	42,69%	12,87%	0,58%

2010/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
150	2	22	11	21	53	37	4
100.00%	1,33%	14,67%	7,33%	14,00%	35,33%	24,67%	2,67%

2011/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
216	0	15	41	38	89	32	1
100.00%	0,00%	6,94%	18,98%	17,59%	41,20%	14,81%	0,46%

2012/1							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
216	29	32	17	25	86	27	0
100.00%	13,43%	14,81%	7,87%	11,57%	39,81%	12,50%	0,00%

2003/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
157	4	27	9	16	66	34	1
100.00%	2,55%	17,20%	5,73%	10,19%	42,04%	21,66%	0,64%

2004/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
161	6	30	17	24	67	12	5
100.00%	3,73%	18,63%	10,56%	14,91%	41,61%	7,45%	3,11%

2005/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
187	5	15	13	14	74	65	1
100.00%	2,67%	8,02%	6,95%	7,49%	39,57%	34,76%	0,53%

2006/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
160	1	21	16	3	65	36	18
100.00%	0,63%	13,13%	10,00%	1,88%	40,63%	22,5%	11,25%

2007/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
107	0	21	7	4	36	31	8
100.00%	0,00%	19,63%	6,54%	3,74%	33,64%	29,97%	7,48%

2008/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
160	5	23	0	42	80	9	1
100.00%	3,13%	14,38%	0,00%	26,25%	50,00%	5,63%	0,63%

2009/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
134	3	28	2	12	83	6	0
100.00%	2,24%	20,90%	1,49%	8,96%	61,94%	4,48%	0,00%

2010/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
196	0	21	24	29	68	41	13
100.00%	0,00%	10,71%	12,24%	14,80%	34,69%	20,92%	6,63%

2011/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
216	6	17	41	38	88	24	2
100.00%	2,78%	7,87%	18,98%	17,59%	40,74%	11,11%	0,93%

2012/2							
TOTAL	TR	SR	II	MI	MM	MS	SS
232	9	33	30	32	93	34	0
100.00%	3,88%	14,22%	12,93%	13,79%	40,09%	14,66%	0,00%